

BOLETIM INFORMATIVO/2022

ANO 1 - Nº 01

Expediente

Este Boletim Informativo é uma publicação quadrimestral, produzido e veiculado pela Vigilância Socioassistencial, situada no Órgão Gestor da Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS, na Av. Aldair Rosa de Oliveira, nº 1622, Vila Cardoso, Três Lagoas/MS.

Secretaria Municipal de Assistência Social / SMAS

Vera Helena Arsioli Pinho /
Diretora de Gestão da SMAS

Lidiane Antônia Ferreira /
Diretora de Apoio Técnico
à Gestão da SMAS

Contatos

Fone: (67) 3929-1832 / 992762854
e-Mail: www.vigilanciasmas.com.br

Conselho Editorial

- Daiane Caroline Queiroz Ramos Mateus – Técnica de Gestão
- Ana Maria Batista Braz – Coordenadora do Setor de Vigilância Socioassistencial
- Diagramação – Setor de Vigilância Socioassistencial
- Maria Madalena da Silva Lebrão - Revisão



Tema 1: Vigilância Socioassistencial:
conceitos e operacionalidade

Tema 2: Benefícios eventuais
e de transferência de renda: conceito
e apresentação dos indicadores
da Gestão/SUAS

Tema 3: Proteção Social Básica – PSB

Tema 4: Proteção Social Especial – PSE

Tema 5: Rede Privada Subsidiada pela
PSB E PSE

Tema 6: Conselho Municipal de
Assistência Social - CMAS

Tema 7: Serviço de Proteção Social Básica
no Domicílio para Pessoas com
Deficiência e Idosas

Tema 8: Gestão do Trabalho



1 VIGILÂNCIA

SOCIOASSISTENCIAL:

CONCEITOS E OPERACIONALIDADE

CONCEITO LOAS

A Vigilância Socioassistencial é um dos objetivos da Assistência Social previsto no artigo 2º da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, sendo considerada “um dos instrumentos das proteções da assistência social que identifica e previne as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território” (Art. 6º, LOAS).

CONCEITO PNAS

Na PNAS (BRASIL, 2004) a Vigilância Socioassistencial aparece como “[...] produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social que incidem sobre famílias/pessoas nos diferentes ciclos da vida”. Também é inserida a dimensão da “vigilância sobre os padrões de serviços de assistência social [...]”.

Conceito NOB/SUAS

A Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), aprovada no ano de 2012, todavia, apresenta a Vigilância Socioassistencial como uma das funções da Política de Assistência Social. Ao compreender a Vigilância Socioassistencial na condição de ser uma função, a NOB/SUAS estabelece essa área como um espaço estratégico de qualificação da Política de Assistência Social.

A IMPORTÂNCIA DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL PARA A IDENTIFICAÇÃO DE INDICADORES

A Vigilância torna-se fundamental para o exercício do dever estatal de garantir a seguridade social como um direito do cidadão, o que exige o estabelecimento concreto de ações permanentes por meio das quais se possa identificar, mensurar e analisar as demandas e potencialidade expressas nos territórios, em face das

O Boletim da Vigilância Socioassistencial é um informativo eletrônico dirigido aos técnicos, usuários e conselheiros da Política de Assistência Social, com o objetivo de difundir as produções da Vigilância Socioassistencial.

Nesta primeira edição, será apresentada a Vigilância Socioassistencial – área responsável pelas produções e publicações dos Boletins Informativos da Política Municipal de Assistência Social/PMAS local.

Serão apresentados, também, os indicadores em destaque pelo Setor de Vigilância Socioassistencial, bem como as ações e as campanhas desenvolvidas nas Proteções Social Básica e Especial, do Município de Três Lagoas/MS.

quais serão planejadas as ações de Gestão e das Proteções Sociais (BRASIL, 2013a).

Essa perspectiva exige que a Política de Assistência Social desenvolva através da Vigilância Socioassistencial, capacidades e meios técnicos para que gestores e profissionais da rede socioassistencial conheçam as formas de riscos e vulnerabilidades sociais da população e do território, conduzindo para o “[...] planejamento de ações preventivas e contribuindo para o aprimoramento das ações que visem à restauração de direitos violados e à interrupção de situações de violência.

Para tal, a Vigilância deve produzir e organizar dados, indicadores, informações e análises que contribuam para efetivação do caráter preventivo e proativo da política de assistência social, assim como para a redução dos agravos; e desta forma, fortalecendo a capacidade de Proteção Social e de Defesa da política de assistência social” (BRASIL, 2013b, p. 9).

Conforme disposto no art. 88 da NOB/SUAS 2012, a Vigilância Socioassistencial deve manter estreita relação com as áreas de Proteção Social Básica e Especial, sendo que essas “(...) são provedoras de dados e utilizam as informações produzidas e processadas pela Vigilância Socioassistencial sempre que estas são registradas e armazenadas de forma adequada (...)”, ou seja, a Vigilância precisa que as unidades socioassistenciais produzam e registrem informações sistematicamente, para que essas ao serem processadas expressem a realidade dos territórios e das famílias e/ou indivíduos atendidos.

Vê-se, deste modo, que existem muitas informações fragmentadas sobre a incidência de riscos e vulnerabilidades sociais nos territórios, sendo responsabilidade da Vigilância analisar e transformar esses dados em conhecimento útil para a Política de

Assistência Social. Os dados são extremamente importantes e precisam ser sistematizadas, sendo necessário zelar pela produção e armazenamento das informações, evitando duplicidades, fomentando a cultura da informação e buscando consensos de

conceitos. Nesta perspectiva, de consensos conceituais, é importante estabelecermos uma compreensão comum sobre três conceitos fundamentais para a Política de Assistência Social: território, riscos e vulnerabilidades.

Figura 01: Mapa dos territórios/CRAS de Três Lagoas-MS.



Fonte: Setor de Vigilância Socioassistencial

2 BENEFÍCIOS EVENTUAIS E DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA: CONCEITO E APRESENTAÇÃO DOS INDICADORES DA GESTÃO SUAS

A tabela 01 apresenta os quantitativos referentes aos Benefícios Eventuais ofertados à população, no 1º quadrimestre de 2022. Os Benefícios Eventuais são um tipo de proteção social que se caracteriza por sua natureza temporária, a fim de prevenir e prover necessidades ocasionais de

vulnerabilidade decorrentes ou agravadas por nascimentos, mortes, vulnerabilidades e calamidades sazonais. No Município de Três Lagoas-MS, os benefícios eventuais são regulamentados conforme Resolução 23 do CMAS. A tabela abaixo registra os indicadores referentes ao primeiro quadrimestre do ano de 2022. Observe:

Tabela 01: Indicadores apontados pelos benefícios eventuais

Benefícios Ofertados	Total
Auxílio Funeral	22
Auxílio Alimentação	1.907
Auxílio Natalidade	81
2ª Via de Certidões: Casamento, Nascimento e Óbito	48
Passes Municipal para Pessoa com Deficiência-PCD	0
Passes Intermunicipal para Pessoa com Deficiência-PCD	23
Passes Interestadual para pessoas com deficiência-PCD	22
Passes Livre Intermunicipal para pessoa Idosa	299
Passes Interestadual para pessoa Idosa	0
Solicitações de Benefício de Prestação Continuada para Idoso-BPC	31
Solicitações Benefício de Prestação Continuada para Pessoas com Deficiência-PCD	62
Passagens cedidas	213
Colchão	0
Cobertores	0

Fonte: Relatório Anual do Setor de Vigilância Socioassistencial de Três Lagoas/MS – 2022.

Quanto aos benefícios de Transferência de Renda, há de se salientar os **Programas Auxílio Brasil e o Auxílio Gás**, os quais já vigoram em nosso município. Ambos são regulamentados pelo Governo

Federal, respectivamente, pelo **Decreto 10.852 de 08/11/2021** e a **Lei 14.237, de 19 de novembro de 2021**. O **Auxílio Brasil** foi instituído, com a finalidade de substituir o Programa Bolsa Família. De acordo com as

diretrizes de implantação do programa foi garantida a tradição das famílias que estavam cumprindo as condicionalidades do Programa Bolsa Família passaram a receber o Programa Auxílio Brasil. Este Programa reajustou valores, a fim de abarcar a linha da pobreza e extrema pobreza foi ampliada com atenção na infância, juventude e famílias em situação de extrema pobreza. Além dos ajustes, há também algumas inovações, tais como: o retorno garantido da família ao programa, isto é, caso a família beneficiada possua aumento de renda não terá o benefício cancelado automaticamente, esse processo deverá ocorrer, quando a família obtiver o vínculo fortalecido com a fonte de renda. E se porventura houver a perda de renda familiar, a família retornará ao Programa

Auxílio Brasil como família prioritária para o recebimento do benefício.

O *Auxílio Gás*, por sua vez, visa diminuir o efeito do preço do gás de cozinha sobre o orçamento das famílias de baixa renda, para ter acesso ao programa a famílias deve estar inscrita no Cadastro Único e possuir renda familiar mensal menor ou igual a meio salário-mínimo por pessoa. O valor do Auxílio Gás será liberado em conta digital ou bancária. Caso família não tenha acesso a uma dessas opções de conta, será aberta automaticamente, uma poupança social digital, quando possível. Atualmente, o valor deste auxílio equivale a R\$55,00.

3 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – PSB



A **Proteção Social Básica – PSB** realiza serviços, programas e projetos de prevenção de risco e assistência básica para pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade social. O objetivo desse serviço é promover a melhoria da qualidade de vida da população, com ações focadas no atendimento das necessidades básicas. Além disso, o serviço busca prevenir situações de risco por meio de desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e promover o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Esta proteção destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social.

As ações são ofertadas através das unidades físicas, Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, as quais são responsáveis pelo objetivo a que se propõe, a saber: a tabela 02 retrata os atendimentos realizados pelos CRAS, no primeiro quadrimestre do ano de 2022. CRAS é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, sendo

responsável pela organização e oferta dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), nas áreas de vulnerabilidade e risco social. Representa a principal estrutura física local para a proteção social básica, desempenha papel central no território onde se localiza, possuindo a função exclusiva da oferta pública do trabalho social às famílias, por meio do serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias (PAIF) e gestão territorial da rede socioassistencial de proteção social básica. Nesse sentido, destacam-se como principais funções do CRAS:

- Ofertar o serviço PAIF e outros, e, também, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica para as famílias, seus membros e indivíduos em situação de vulnerabilidade social;
- Articular e fortalecer a rede de Proteção Social Básica local;
- Prevenir as situações de risco em seu território de abrangência fortalecendo vínculos familiares e comunitários, garantindo direitos.

Tabela 02: Atendimento do primeiro quadrimestre/2022 dos Centro de Referência de Assistência Social – CRAS: Interlagos, São João, Ruth Filgueiras, Vila Piloto, Ana Maria Moreira e Amélia Jorge.

Atendimentos Realizados	Total
Atendimento às Famílias	22.489
Novas Famílias cadastradas	1.795
Visitas às Famílias	5.684
Acompanhamento familiar realizado	508

Fonte: Relatório Vigilância Socioassistencial de Três Lagoas/MS – 2022.

Assim, a soma dos quantitativos da Proteção Social Básica, dos atendimentos realizados no primeiro quadrimestre do ano de 2022, por parte das 06 Unidades CRAS do Município – CRAS Amélia Jorge de Oliveira, CRAS Ana Maria Moreira, CRAS Interlagos, CRAS Ruth Máximo Filgueiras, CRAS São João e CRAS Vila Piloto – atingiu um total de 22.489

atendimentos às famílias nos territórios, atendendo prioritariamente famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e dos benefícios assistenciais, conforme mensura o Setor de Vigilância Socioassistencial. Estes dados apontam para uma das principais funções do CRAS, a qual se refere a prevenir situações de risco em seu território, por meio do

fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, garantindo direitos. A Vigilância traz, também, os dados e os indicadores sobre as **Equipes Volantes** dos CRAS, do primeiro quadrimestre do ano de 2022, conforme se verifica na tabela 03. Em Três Lagoas, há 02 CRAS – Ruth Máximo Filgueiras e Interlagos – que possuem Equipes Volantes, as quais consistem em uma equipe adicional, que integra um CRAS em funcionamento. Seu objetivo é prestar serviços de Proteção Social Básica em territórios extensos, isolados, áreas rurais e de difícil acesso (Resolução CIT nº 6, de 31 de agosto de 2011). A equipe volante (EV) é responsável por realizar a busca ativa das

famílias que vivem nesses locais, distantes da unidade física, ou dispersas no território. Também é responsável por desenvolver o Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e demais serviços de Proteção Básica, que poderão ser adaptados às condições locais específicas, desde que respeitem seus objetivos. A Equipe Volante é ainda responsável por incluir as famílias no Cadastro Único, realizar encaminhamentos necessários para acesso à renda, para serviços da Proteção Social Especial e para serviços de outros setores, sempre que necessário. Confira os indicadores na próxima página:

Tabela 03: Indicadores apontados pelos CRAS: Interlagos e Ruth Filgueiras.

Equipes Volante – CRAS Ruth Filgueiras e Interlagos	Total
Famílias cadastradas pelas Equipes Volante	29
Atendimentos realizados	660
Visitas às Famílias	704
Grupo SCFV de 0 a 06 anos	1
Participantes no Grupo SCFV	42
Grupos PAIF	1
Participantes no Grupo PAIF	36
Famílias em Acompanhamento Familiar	44
Ações realizadas com as famílias	0

Fonte: Relatório Vigilância Socioassistencial de Três Lagoas/MS – 2022.

Os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV ofertados a crianças e adolescentes devidamente inseridos aos programas referenciados pelos CRAS, oferecidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS, retornaram suas atividades presenciais, no dia 14 de março/2022. Por cerca de dois anos, as atividades aconteceram de forma remota, em decorrência da pandemia da Covid-19. Neste retorno presencial, cumprir-se-á todos os cuidados em relação à aglomeração e uso de máscaras, até que haja liberação do uso, pelos Decretos. A Diretora de Gestão, Vera Helena Arsioli Pinho, acompanhada do Secretário

de Administração, Gilmar Tabone, visitaram as unidades nas quais os SCFV ocorrem, para verificar as necessidades de cada serviço e deixar tudo preparado para o retorno de seu público-alvo. O SCFV específico para os idosos que frequentam o “Tia Nega” retornaram suas atividades no dia 21 de março/2022. Os SCFV que possuem vínculo com a SMAS são: “Banda Cristo Redentor”, “Bombeiros do Amanhã”, CRASE “Coração de Mãe”, “Patrulha Florestinha”, “Patrulha Mirim da Polícia Militar”, “Pelotão Mirim” e SCFV para Idosos “Tia Nega”. A seguir, têm-se algumas fotos dos SCFV:

Imagem 1: SCFV “Banca Cristo Redentor”



Fonte: DPSB

Imagem 2: SCFV “Banda Cristo Redentor”



Fonte: DPSB

Imagem 3: SCFV “Crase Coração de Mãe”



Fonte: DPSB

Imagem 4: SCFV “Crase Coração de Mãe”



Fonte: DPSB

Imagem 5: SCFV “Crase Coração de Mãe”



Fonte: DPSB

Imagem 6: SCFV “Crase Coração de Mãe”



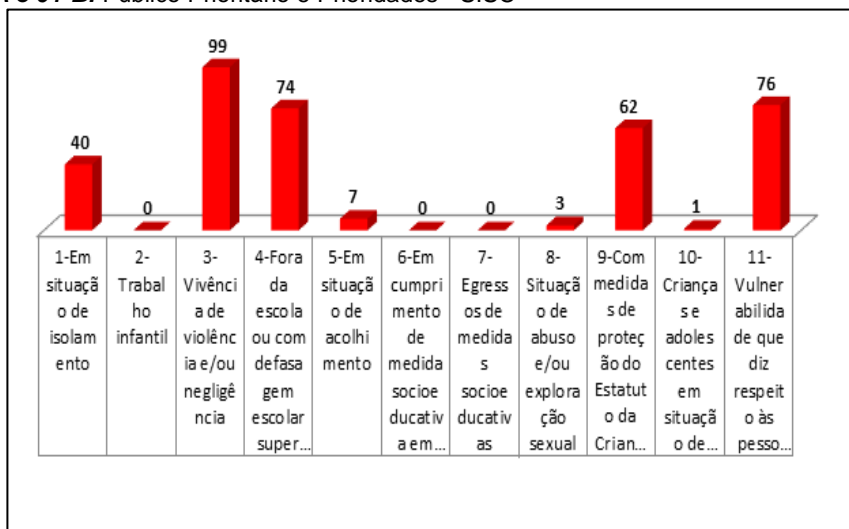
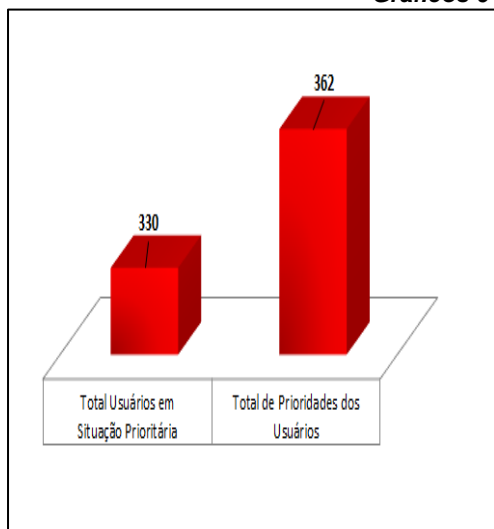
Fonte: DPSB

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e SISC

As informações a respeito da oferta do SCFV são inseridas no SISC – Sistema de Informação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, o SISC é um sistema do Governo Federal – disponível na Plataforma do Ministério da Cidadania com objetivo de facilitar o acompanhamento, monitoramento e a Gestão dos SCFV, os indicadores apontados por esse sistema são para possíveis intervenções e tomadas de decisão. A responsabilidade de registrar e manter as

informações mais fidedignas possíveis é da Vigilância Socioassistencial. Nos gráficos abaixo lê-se: sobre as onze prioridades disponíveis no sistema e dessas o quantitativo. O Município tem como Meta inclusão de 290 usuários em Situação Prioritária. Assim o 1º Trimestre/2022 fechou com 330 usuários em situação prioritária e desses com 362 prioridades, o que demonstra usuários com mais de uma prioridade conforme demonstra no gráfico 01-B.

Gráficos 01-A e 01-B: Público Prioritário e Prioridades - SISC



Fonte: Setor de Vigilância Socioassistencial / SISC

Trimestralmente realiza-se confirmação de participação dos usuários dos SCFV, conforme calendário do Ministério da Cidadania: 20/03 – 20/06 – 20/09 – 20/12. A Proteção Social Básica/PSB – junto ao Setor de Planejamento e Articulação Intersetorial/SPAI –

organizou Cursos de Profissionalização e Oficinas, a fim de proporcionar às famílias atendidas nos CRAS, a possibilidade de uma fonte de renda. Tais Cursos podem ser conhecidos na tabela abaixo e, em seguida, seguem algumas fotos. Observe:

Tabela 04: Cursos Profissionalizantes ofertados aos usuários

Cursos	Data de Início Real	Local da Prestação de Serviço	Quantitativo de participantes
Oficina de dança	25/04/2022	Melhor Idade	06
Oficina de Tear de Prego			10
Oficina de Pintura em Tecido			15
Oficina de Esportes	03/05/2022	Programas Sociais (Tia Nega, Pelotão Mirim, Bombeiros do Amanhã)	128
	20/04/2022		24
Oficina de Capoeira	16/05/2022	Programas Sociais (Florestinha, Pelotão Mirim, Bombeiros do Amanhã)	102
Oficina de Coro	20/04/2022	Banda	24
Oficina de Manicure	15/02/2022	NECAS	30
Oficina de Corte de cabelo e Escova / Barbearia	05/04/2022		25
	04/04/2022		15
	07/04/2022		23
Oficina de Design de Sobrancelha	14/03/2022	Arapuá	30
	04/04/2022	NECAS	
	05/04/2022		

Fonte: SPAI

Imagem 7: Oficina de Dança/SCFV “Tia Nega”



Fonte: DPSB

Imagem 8: Oficina de Coro/SCFV “Banda Cristo Redentor”



Fonte: DPSB

Imagem 9: Oficina de Trompete / SCFV
“Banda Cristo Redentor”



Fonte: DPSB

Imagem 10: Oficina de Corte de Cabelo / NECAS



Fonte: DPSB

Outra informação de saliência dentro do contexto da Pasta da PSB, é que a Secretaria Municipal de Assistência Social iniciou o **Programa Famílias Fortes**, na qual atingirá 240 (duzentas e quarenta) famílias. O programa foi criado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e utiliza “uma metodologia de encontros semanais para famílias com filhos entre 10 e 14 anos que visa promover o bem-estar dos membros da família, a partir do fortalecendo de vínculos familiares e do desenvolvimento de habilidades sociais”. Além disso conta com os seguintes objetivos específicos:

- Ensinar pais e filhos a desenvolverem maneiras eficazes de relacionamentos e comunicação;
- Mostrar aos pais a importância de apoiar seus filhos;
- Ajudar os pais a disciplinar e orientar seus filhos de forma eficaz;
- Orientar os filhos sobre como compreender e valorizar seus pais;

O Programa envolve uma parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso de Sul (UFMS) e

foi iniciado com famílias referenciadas ao CRAS “Vila Piloto”, atendidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Patrulha Florestinha, cada ciclo de 7 (sete) encontros tem duração aproximada de 2 (dois) meses, pois é realizado um encontro por semana para cada grupo de famílias. Os encontros ocorrerão todas as segundas e terças-feiras, das 18h às 20h, com a participação de 30 famílias e 40 jovens. No total serão 07 encontros, com finalização em 14/12/2021. Em 2022, realizamos 04 ciclos, entre março a maio:

- Grupo 1-SCFV Patrulha Florestinha;
- Grupo 2-SCFV Pelotão Mirim;
- Grupo 3-SCFV Banda Cristo Redentor;
- Grupo 4-SCFV CRASE Coração de Mãe.

Atualmente, em andamento com mais 04 ciclos:

- SCFV Pelotão Mirim, com 26 famílias e 30 jovens;
- SCFV Bombeiros do Amanhã com 20 famílias e 22 jovens;
- CRAS São João com 20 famílias e 22 jovens;
- SCFV CRASE Coração de Mãe com 25 famílias e 36 jovens.

4 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – PSE



A **Proteção Social Especial – PSE** do Sistema Único de Assistência Social é destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras situações de violação dos direitos. Na PSE, há dois níveis de complexidade: média (**PAEFI**)

e alta (**Proteção integral**). Concernente ao Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – **PAEFI**, o **Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS** é quem atua. A tabela 05 evidencia os indicadores apontados por este equipamento no primeiro quadrimestre do ano de 2022:

Tabela 05: Indicadores apontados pelo CREAS

Atendimentos Ofertados	Total
Famílias atendidas	374
Pessoas/usuários atendidos(as)	399

Fonte: Relatório Vigilância Socioassistencial de Três Lagoas/MS-2022

A proposta do Boletim Informativo é a de apresentar indicadores do primeiro quadrimestre-2022, faz-se necessário e importante destacar ações desenvolvidas no mês de maio, da Unidade CREAS, como a Campanha Alusiva ao dia 18 de maio – o “**DIA NACIONAL AO COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇA E ADOLESCENTE**” – o CREAS prevê a seguinte Programação:

Tabela 06: Programação Comemorativa alusiva ao Dia 18 de maio

Data	Atividade alusiva	
06 / 05 11 / 05 13 / 05 18 / 05	Vídeos Educativos	
05 / 05	Iluminação Laranja	
09 / 05 (7h30) 09 / 05 (11h) 10 / 05 (7h30) 10 / 05 (11h)	Entrevistas	RCN Notícias Agitta Cidade Rádio Difusora Rádio Caçula
09 / 05	Palestra: Enfrentar, prevenir e atender	
14 / 05	Abordagem	
16 / 05	Entrevista gravada	
	Panfletagem	
18 / 05	Blitz Educativa	
	Palestra / Missão Salesiana (matutino)	
	Entrevista ao vivo / TV Morena	
19 / 05	Palestra / SCFV “Bombeiros do Amanhã”	
20 / 05	Palestra / Escola Municipal “Elaine de Sá”	
	Palestra / Escola SESI	
21 e 22 / 05	Entrega de materiais educativos	
25 / 05	Palestra / Missão Salesiana (vespertino)	
26 / 05	Palestra: Psicólogos em Ação – Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	

Fonte: CREAS

Quanto às unidades de média complexidade, o **Centro Pop** – unidade pública voltada para o atendimento especializado à população em situação de rua – realiza atendimentos individuais e coletivos, oficinas e

atividades de convívio e socialização, além de ações que incentivem o protagonismo e a participação social das pessoas em situação de rua. A tabela 06 aponta os indicadores desta realidade:

Tabela 07: Indicadores apontados pelo Centro Pop

Atendimentos Ofertados	Total
Atendidos	388
Atendimentos	4.791
Atendimentos com repouso, alimentação e higiene pessoal	4.323

Fonte: Relatório Vigilância Socioassistencial de Três Lagoas/MS – 2022.

O **Serviço de Abordagem Social** é ofertado de forma continuada e programada com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de situações de risco pessoal e social, por violação de direitos, como:

trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, uso abusivo de crack e outras drogas, dentre outras. A tabela 08 ilustra o quantitativo de atendimentos e de abordagens sociais realizadas, no primeiro quadrimestre do ano de 2022.

Tabela 08: Indicadores apontados pelo Centro Pop – Serviço de Abordagem Social

Atendimentos Ofertados	Total
Atendimentos	713
Abordagem Social	646

Fonte: Relatório Vigilância Socioassistencial de Três Lagoas/MS – 2022.

O **Centro de Referência de Atendimento à Mulher – CRAM** é o equipamento que acompanha as mulheres vítimas de violência, no qual passam a receber atendimento humanizado e acompanhamento psicológico, social e jurídico realizado por uma equipe multidisciplinar especialmente preparada para este fim, além de auxílio na obtenção do apoio jurídico necessário a cada caso específico e orientação sobre prevenção, apoio e assistência às mulheres em situação de violência. O CRAM foi nomeado “Halley

Coimbra Ribeiro Junqueira”, em homenagem à vítima de feminicídio. Por fim, realiza também a articulação com outras instituições para o acesso aos programas de educação formal e não formal e os meios de inserção no mundo do trabalho. A tabela 08 ilustra o quantitativo de atendimentos realizados, do primeiro quadrimestre do ano de 2020. O CRAM foi inaugurado no dia 16 de março de 2020. Na tabela 09, são apontados os indicadores a partir desta data. Observe:

Tabela 09: Indicadores apontados pelo Centro de Referência de Atendimento à Mulher – CRAM

Atendimentos Ofertados	Total
Atendimentos	138

Fonte: Relatório Vigilância Socioassistencial de Três Lagoas/MS – 2022.

Como denunciar situações de violências contra as Mulheres?

Violência contra a mulher: denuncie!



Quanto às comemorações alusivas ao Dia da Mulher – 08 de março – o **CRAM**, em parceria com o **CREAS**, organizou uma Programação Comemorativa, conforme se pode ver na tabela 10 a seguir:


Tabela 10: Programação Comemorativa alusiva ao Dia da Mulher

Data	Atividade alusiva
05 / 03	Entrevista RCN – Dia Internacional da Mulher
08 / 03	Lançamento da Campanha: Live alusiva ao Dia Internacional da Mulher
	Mobilização pelo Dia Internacional da Mulher
De 08 / 03 a 31 / 03	Vídeos: histórias de mulheres empoderadas e que inspiram outras mulheres
09 / 03	Entrevista Programa Linha Direta - Dia Internacional da Mulher.
10 / 03	Café com Prosa temático
16 / 03	Live–Empreendedorismo Feminino – Desafios e Oportunidades no Mercado de Trabalho de Três Lagoas
23 / 03	Palestra alusiva ao Dia Internacional da Mulher.
24 / 03	Palestra Atuação da rede de assistência no atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica no município de Três Lagoas/MS.

Fonte: CRAM

As ações tem por objetivo proporcionar à população três-lagoense informações sobre os serviços prestados pelo CRAM e pela Rede de Atendimento ao Enfrentamento à Violência contra as mulheres. Há de salientar-se sobretudo, uma pesquisa realizada pela equipe do CRAM, a qual fundamenta toda e qualquer hipótese de senso comum e/ou ato preconceituoso, a fim de responder à seguinte interrogativa: “Por que as mulheres aguentam tanto tempo uma relação violenta?” No marca-página a seguir há explicações a respeito:

Figura 02: Marca-página adaptado

“Por que as mulheres aguentam tanto tempo uma relação violenta?”		
	1. Medo de romper o relacionamento por causa das ameaças;	Deixar uma relação violenta é um processo; Cada uma tem seu o tempo.
	2. Vergonha de procurar ajuda e ser criticada;	
	3. Esperança de que o parceiro mude o comportamento;	
	4. Por sentir-se sozinha e não contar com pessoas que a apoiem;	
	5. Medo de não ser aceita na sociedade como uma mulher sem marido;	
	6. Dependência financeira do parceiro para sustento da família;	
	7. Nem todas estão preparadas para viver um processo de separação.	

Fonte: CRAM

Quanto ao agendamento dos encontros do Café com Prosa, no primeiro quadriênio/2022, os dias 03 dos meses de março, abril e maio foram palco dos encontros, em cada qual 64 (sessenta e quatro) mulheres foram participantes, conforme se pode constatar na imagem a seguir:

Imagem 11: Encontro do Café com Prosa no CRAM



Fonte: CRAM

Em parceria com o Instituto Avon, o *Café com Prosa* oportunizou às mulheres atendidas pelo CRAM conhecer o trabalho realizado em prol do combate à violência contra a mulher, o qual é desenvolvido pela Avon. Para tanto, o CRAM organizou a seguinte programação, para o dia 06 de abril/2022:

Figura 3: Programação Café com Prosa em parceria com o Instituto Avon



OBJETIVO DO 4º GRUPO DE REFLEXÃO “CAFÉ COM PROSA”:
Oportunizar as mulheres atendidas pelo CRAM a conhecer o trabalho que o Instituto Avon realiza em prol ao combate à violência contra as meninas e mulheres no Brasil.

PROGRAMAÇÃO:

13:30 - Credenciamento/Acolhida - Equipe do CRAM e DPSE

14:00 - Abertura do evento e apresentação das convidadas representantes do Instituto Avon - Rafaella Marques de Oliveira- Coordenadora da CRAM

14:10 - Pronunciamento da Diretora do DPSE - Media Complexidade - Rosimeire Cardoso de Oliveira Chaves.

14:20 - Diálogo com as Mulheres - Beatriz Accioly e Regina Célia Barbosa, representantes do Instituto Avon.

15:50 - Agradecimentos - Rafaella Marques de Oliveira- Coordenadora da CRAM.

16:00 - Coffee Break e sorteios dos brindes

16:30 - Encerramento

ORGANIZADORES:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:
Vera Helena Arsioli Pinho

DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE (DPSE)

DIRETORA DO DPSE:

Rosimeire Cardoso de Oliveira Chaves

TÉCNICAS DO DPSE:

Sheila Regina dos Santos Ferreira - Assistente Social
Daiane Queiroz Alves Previato - Pedagoga

EQUIPE CRAM:

Rafaella Marques de Oliveira - Coordenadora
Florentina Macedo Leão de Jesus - Pedagoga
Elizabeth Moreira Camargo da Costa - Assistente Social
Laura Maria Araújo de Oliveira - Assistente Social
Iltacléia dos Santos Nascimento Andrade - Psicóloga
Kriscia Rodrigues Duque - Psicóloga
Beatriz O. S. de Barros- Estagiária de Direito

Imagem 12: Equipe Organizadora da Programação “Café com Prosa” / Instituto Avon



O **Serviço de Acolhimento Pop, vinculado ao Centro Pop**, oferta acolhimento provisório por período ininterrupto em estrutura para acolher com privacidade indivíduos ou grupo familiar em situação de rua e desabrigo por abandono, migração, conflito familiar, falta de moradia ou outra vulnerabilidade social e/ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento dentro das regras regimentais. A tabela 11 a seguir ilustra o quantitativo de atendimentos técnicos realizados, no primeiro quadrimestre do ano de 2022:

Tabela 11: Indicadores apontados pela Unidade de Acolhimento Pop

Atendimentos Ofertados	Total
Atendidos	249
Atendimentos	16.056
Refeições cedidas pela Unidade	12.158

Fonte: Relatório Vigilância Socioassistencial de Três Lagoas/MS – 2022.

O **Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora** trata-se de um serviço que organiza o acolhimento de crianças e/ou adolescentes em situação de medida de proteção e que, consequentemente, encontram-se afastados de sua família de origem, porém, respaldados pelas famílias acolhedoras, previamente cadastradas e habilitadas, por meio das quais se oportuniza o sentido de lar, até que seja viabilizada a sua reintegração à família de origem ou, na impossibilidade, ser encaminhada para a adoção. Em Três Lagoas/MS, este serviço objetiva o acolhimento familiar em preferência ao Acolhimento Institucional de crianças e adolescentes, a fim de garantir o direito à convivência familiar e comunitária, por meio de Famílias Acolhedoras, de crianças e adolescentes, afastados de sua família de origem em virtude de medida protetiva estabelecida pelo Poder Judiciário. Este Serviço é respaldado pela Lei nº 3.296, de 04 de julho de 2017, a partir da qual se pode propiciar tal formato de acolhimento, em famílias previamente

cadastradas e habilitadas. No município de Três Lagoas/MS, porém, foi criada uma Lei Municipal, a qual altera regras do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e flexibiliza perfis das famílias, para melhor atender às crianças/ adolescentes que são atendidos pelo serviço. De acordo com a Coordenadora do Família Acolhedora, Erica Húngaro, estas mudanças foram pensadas para melhor atender esse público que se encontram sob medida de proteção, já que agora é possível flexibilizar os perfis das famílias pretendentes para participar do Serviço. O Serviço Família Acolhedora tem a perspectiva conceituar o que é viver em uma convivência familiar, em que o acolhido vai estar inserido em um espaço de desenvolvimento da pessoa, de socialização, de descoberta do mundo e das primeiras relações. De acordo com a psicóloga que realiza o acompanhamento dos envolvidos no serviço, Mariza Paro, a criança aprende a se relacionar com o mundo através das relações familiares. **CONFIRA O QUE MUDA:**

- Estando o adolescente incluído no Serviço de Acolhimento Familiar “Família Acolhedora” e completado a maioridade civil sem e enquanto não atingida autonomia para autossustento, autoriza-se a permanência no Serviço, e os benefícios a ele correlatos, até completado 21 (vinte e um) anos;
- Poderá a família receber mais de uma criança/adolescente, embora não se tratando de grupo de irmãos;
- A família que acolhe a criança/ adolescente deve ter moradia fixa, dentro dos limites territoriais do Município de Três Lagoas/MS ou território adjacente, há mais de um ano, sendo vedada a mudança de domicílio para outra cidade;
- Ao menos um de seus membros deve ter idade acima de 25 anos, sem restrição de gênero ou estado civil, e ser 16 anos mais velho que o acolhido;
- O tamanho do imóvel deve ser compatível com o número de pessoas residentes e com o acolhido, devendo ter disponibilidade de pelo menos 01 quarto para uso do serviço de acolhimento;
- Logo após aplicada a medida de afastamento da criança/adolescente de sua família de origem, e inexistente familiar extenso apto aos cuidados necessários, autoriza-se o encaminhamento emergencial ao Serviço de Acolhimento Familiar “Família Acolhedora” em prioridade ao acolhimento institucional, quando a criança/adolescente corresponder a perfil de família previamente cadastrada e habilitada;
- A Família Acolhedora receberá subsídio financeiro de 01 salário mínimo, a ser revertido em prol de cada criança e/ou adolescente acolhido durante o período que perdurar o acolhimento, e em casos de crianças ou adolescentes com deficiência ou com demandas específicas de saúde, devidamente comprovadas através de laudo médico, o valor pago pela criança/adolescente poderá ser ampliado em até metade do montante;
- Nos casos em que o acolhimento familiar for inferior a 01 (um) mês ou se encerrar antes de completado outro mês corrente, a família acolhedora receberá subsídio financeiro proporcional ao tempo do acolhimento;
- Mensalmente, mediante o acompanhamento contínuo realizado com a família acolhedora, a equipe técnica se certificará de que o valor do subsídio financeiro foi revertido em prol da criança e/ou adolescente acolhido.

As inscrições são gratuitas e realizadas por meio do preenchimento de um modelo apropriado de ficha de cadastro e assinatura de um termo de declaração de não ter interesse em adoção, e devem ser feitas na Rua Zuleide Perez Tabox, nº 97 Centro, junto à equipe do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, de segunda-feira a sexta-feira, das 7h às 11h e das 13h às

17h. Os dispositivos legais que organizam o “acolhimento em residências de famílias previamente cadastradas e aptas de crianças e adolescentes afastados da família de origem, mediante medida protetiva, denominado Família Acolhedora” constam na Lei 3.296, de 04 de julho de 2017.

Tabela 12: Indicadores apontados pela Família Acolhedora

Atendimentos	Total
Crianças/Adolescentes atendidos	10
Atendimentos Técnicos	134
Visitas	99
Atendimento as Famílias Acolhedoras	52
Atendimentos as Família de Origem	31
Divulgação do Serviço Família Acolhedora	7

Fonte: Relatório Vigilância Socioassistencial de Três Lagoas/MS – 2022.

AÇÕES EM DESTAQUE PELO DEPARTAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – PSE

O **Projeto (Re)Estruturando Lares** objetiva desenvolver um trabalho de reestruturação familiar com as famílias dos acolhidos, possibilitando condições para que as crianças e adolescentes regressem à família de origem ou família extensa, auxiliando-as na construção do empoderamento dos meios e recursos que possibilitem a constituição de um novo projeto de vida, além de contribuir, para o fortalecimento da família no desempenho de sua função protetiva; contribuir para restaurar e preservar a integridade e as condições de autonomia dos usuários; incluir as famílias no sistema

de proteção social e nos serviços públicos, conforme necessidades; contribuir para a reparação de danos e da incidência de violação de direitos; prevenir a reincidência de violações de direitos; apoiar e orientar as famílias com crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional e/ou familiar. Destina-se às famílias das Crianças e/ou adolescentes que se encontram acolhidos em medida de proteção em modalidade de Acolhimento Institucional e Acolhimento Familiar do município de Três Lagoas. A tabela 12 traz o Cronograma deste Projeto, até o mês de abril/2022:

Tabela 13: Cronograma do Projeto (Re)Estruturando Lares

MÊS	DINÂMICA E CONDUÇÃO DO GRUPO	TEMA	EQUIPE RESPONSÁVEL
01/02 22/02	• Acolhimento II	Direitos fundamentais da Criança e do Adolescente;	• Acolhimento Institucional II
09/03 30/03	• Acolhimento I	Violações de Direito & Por que meu filho foi acolhido? (tipos de acolhimento)	• Acolhimento Institucional I
05/04 26/04	• Família Acolhedora	Medidas protetivas e Contribuição da Família Acolhedora no desenvolvimento integral da Criança e do Adolescente	• Família Acolhedora
10/05 31/05	• Acolhimento Institucional I • Acolhimento II	Configurações familiares e as Responsabilidades de um guardião.	• Acolhimento Institucional II

Fonte: Plano de Ação da Diretoria da Proteção Social Especial Alta Complexidade/DPSE de Três Lagoas/MS/2022.

O **Projeto MutAção** oportuniza os servidores da PSE à compreensão da operacionalização dos Serviços ofertados nas Unidades de Média e Alta Complexidade, compreendendo os fluxos de atendimento da rede, bem como, o aprofundamento dos serviços de acolhimento

institucional, na modalidade para crianças e adolescentes, indivíduos em situação de violência de seus direitos, com ênfase para a convivência familiar e comunitária. A tabela 13 traz o Cronograma deste Projeto a ser realizado no primeiro quadrimestre do ano de 2022:

Tabela 14: Cronograma do Projeto Mutação

Março/2021						
Ação	Mediador	Data (prevista)	Horário	Carga Horária	Local	Quantidade de Público
Roda de conversa: “autolesão e ideação suicida”	Jordana / Ambulatório de Saúde Mental	1º de abril 08 de abril	Período vespertino	4h	Sindicato dos servidores públicos municipais – SSPM	Total de 56 pessoas divididas em 2 grupos/2 dias • 1º grupo: 26 pessoas • 2º grupo: 30 pessoas

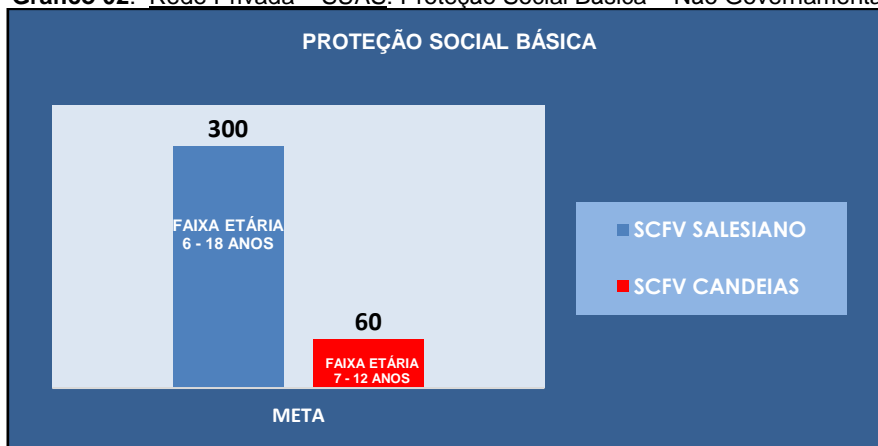
Fonte: Plano de Ação da Diretoria da Proteção Social Especial de Alta Complexidade/DPSE de Três Lagoas/MS/2022.

5 REDE PRIVADA SUBSIDIADA PELA PSB E PSE

A Rede Privada atua na oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. As organizações e/ou instituições monitoradas pela Vigilância possuem fundamental importância para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), por atuarem em parceria com a Administração Pública, no atendimento às famílias e aos indivíduos em situação de vulnerabilidade social e “como parceiras estratégicas e corresponsáveis na luta pela garantia de

direitos sociais” (PNAS, 2004). Atualmente, o Município de Três Lagoas-MS conta com 05 Entidades Inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, haja vista a inscrição no Conselho ser a condição primeira para o funcionamento da organização (entidade). Na PSB, 02 (duas) organizações ofertam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, conforme apresenta o Gráfico 01 abaixo:

Gráfico 02: Rede Privada – SUAS: Proteção Social Básica – Não Governamental



Fonte: Relatório Vigilância Socioassistencial de Três Lagoas/MS – 2022.

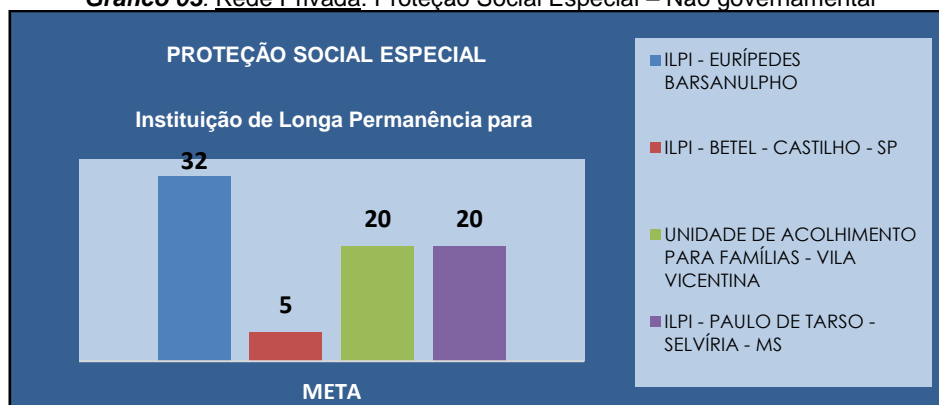
No Art. 3º, da Lei nº 8.742/1993 – LOAS, há um conceito pertinente às entidades de assistência social, a saber: “Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que,

isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos”. As entidades de assistência social devem:

- Executar ações de **caráter continuado, permanente e planejado**;
- Assegurar que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais sejam ofertados na **perspectiva da autonomia e garantia de direitos dos usuários**;
- Garantir a **gratuidade** em todos os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais – inexistência de cobrança pelos serviços;
- Garantir a existência de **processos participativos dos usuários** na busca do cumprimento da missão da entidade ou organização.

O acesso ao serviço também é garantido para idosos que se encontram com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, em situações de negligência familiar ou institucional, sofrendo abusos, maus tratos e outras formas de violência, ou com a perda da capacidade de auto cuidado. O município de Três Lagoas/MS possui Termo de Colaboração com todas as instituições/entidades. Assim, a PSE – alta complexidade – subsidia as organizações que ofertam os serviços de acolhimento aos idosos e para as famílias. O gráfico 02 mostra os indicadores a respeito:

Gráfico 03: Rede Privada: Proteção Social Especial – Não governamental



Fonte: Relatório Anual do Setor de Vigilância Socioassistencial de Três Lagoas/MS – 2022.

6 CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS é o órgão que reúne representantes governamentais e da sociedade civil para discutir, estabelecer normas e fiscalizar a prestação de serviços sociais públicos e privados no Município. A criação dos Conselhos Municipais de Assistência Social está definida na Lei Orgânica da Assistência Social - Lei 8.742/1993. O CMAS de Três Lagoas/MS foi criado em 1995 pela Lei nº 1.238/95, reformulada pela Lei nº 2.528/2011 e a inscrição no Conselho é a condição primeira, para o funcionamento das organizações (entidades). Ao que compete às atribuições do CMAS, dentre outras 18 atribuições, citam-se:

- Encaminhar as deliberações da Conferência aos órgãos competentes e monitorar seus desdobramentos;
- Acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos benefícios, rendas, serviços socioassistenciais, programas e projetos aprovados nas Políticas de Assistência Social Nacional, Estadual e Municipal;
- Aprovar a proposta orçamentária dos recursos destinados a todas as ações de Assistência Social, em âmbito municipal, tanto os recursos próprios quanto os oriundos de outras esferas de governo, alocados no respectivo fundo de Assistência Social.

Conforme resolução Nº 303, de 14 de dezembro de 2020, do Decreto 146, de 15 de março de 2021, as reuniões do CMAS acontecem todas as 2^{as} (segundas) quintas-feiras de cada mês. Deste modo, segue o Cronograma das Reuniões Ordinárias do CMAS/2022. Observe a tabela 14:

Tabela 15: Cronograma das Reuniões Ordinárias do CMAS

Meses/ Dias	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	HORÁRIO
	13	17	17	14	12	09	14	11	08	13	10	08	07h 30m

Fonte: CMAS

Quanto à composição/representatividade do CMAS, dois grupos de conselheiros compõem o CMAS: os representantes do poder público (indicados pelo Governo Municipal) e os representantes da sociedade civil (eleitos em Assembleia Geral do CMAS). São representantes da sociedade civil as entidades sociais prestadoras de serviços, as de defesa dos usuários, e as que representam os trabalhadores da área. São representantes governamentais os servidores que representam a prefeitura, e que atuam nas Secretarias. Cada grupo tem o mesmo número de representantes: 10 (dez) conselheiros governamentais e 10 (dez) conselheiros não-

governamentais, e o período de gestão no CMAS é de 2 (dois) anos. Em conformidade com o DECRETO Nº. 303, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2020, para o biênio 2020-2022, foram nomeados como:

- **Presidente:** Jaqueline Freitas Azevedo;
- **Vice Presidente:** Sara Regina Rodrigues Cavalcante

7 SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO DOMICÍLIO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E IDOSAS

A fim de fortalecer o Sistema Único de Assistência Social, a Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS está implantando os serviços de “Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas” e de “Gestão do Trabalho” (tópico de número 8). Quanto ao serviço deste tópico, salienta-se que é um serviço de PSB e que tem por finalidade a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários. Este serviço deve contribuir para a promoção do acesso de pessoas com deficiência e pessoas idosas a toda a rede socioassistencial, bem como aos serviços de outras políticas públicas, tais como: educação, trabalho, saúde, transporte especial e programas de desenvolvimento de acessibilidade, serviços setoriais e de defesa de direitos e programas de habilitação e reabilitação. Além destes objetivos, este serviço tem como:

- Prevenir confinamento de idosos e/ou pessoas com deficiência;
- Identificar situações de dependência;
- Colaborar com redes inclusivas no território;
- Prevenir o abrigamento institucional de pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas com vistas a promover a sua inclusão social;
- Sensibilizar grupos comunitários sobre direitos e necessidades de inclusão de pessoas com deficiência e pessoas idosas buscando a desconstrução de mitos e preconceitos;
- Desenvolver estratégias para estimular e potencializar recursos das pessoas com deficiência e pessoas idosas, de suas famílias e da comunidade no processo de habilitação, reabilitação e inclusão social;
- Oferecer possibilidades de desenvolvimento de habilidades e potencialidades, a defesa de direitos e o estímulo à participação cidadã;
- Incluir usuários(as) e familiares no sistema de proteção social e serviços públicos, conforme necessidades, inclusive pela indicação de acesso a benefícios e programas de transferência de renda;
- Contribuir para resgatar e preservar a integridade e a melhoria de qualidade de vida dos(as) usuários(as);
- Contribuir para a construção de contextos inclusivos.

8 GESTÃO DO TRABALHO

A Gestão do Trabalho é uma área de gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que trata das questões relacionadas ao trabalho social e aos trabalhadores(as) que atuam na política de assistência social. Compreende o planejamento, a organização e a execução das ações relativas à valorização do trabalhador. A Gestão do Trabalho é um eixo estratégico e imprescindível à qualidade da prestação de serviços, programas, projetos, benefícios e transferência de renda no âmbito do SUAS. O trabalho na assistência social possui uma importante dimensão relacional e seus trabalhadores(as) são os principais mediadores entre o direito socioassistencial e os usuários(as) da política. Segue divulgação dos cursos que já se encontram disponíveis em EaD na plataforma do Ministério da Cidadania e da Secretaria Estadual dos Direitos Humanos e Assistência Social e Trabalho – SEDASTH/MS. A Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério da Cidadania (SNAS/SEDS/MC), em parceria com a Secretaria de Educação a Distância da Universidade Federal de Santa Catarina (SEAD/UFSC), apresenta dois cursos de capacitação voltados aos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com função de NÍVEL MÉDIO e funções de NÍVEL SUPERIOR.

INSCRIÇÕES: entre 02/05 a 28/06 de 2022 ou enquanto houver vagas disponíveis.

Período de execução (NÍVEL MÉDIO): de 05 de julho a 05 de novembro de 2022.

Carga horária total: 100 horas.

Período de execução (NÍVEL SUPERIOR): de 05 de julho a 30 de novembro de 2022.

Carga horária total: 120 horas.



A iniciativa integra um conjunto de ações com vistas a assegurar atividades de formação continuada no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e, com isto, contribuir nos processos de aprimoramento e qualificação das ofertas socioassistenciais. O curso é uma iniciativa da Coordenadoria da Escola do SUAS MS “Mariluce Bittar”. Conexão SUAS é um programa estadual de capacitação que estrutura desde de 2017 os processos formativos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em Mato Grosso do Sul. O

curso é destinado a todos que exerçam função de gestão, de provimento de serviços e benefícios e do controle social do Sistema Único de Assistência Social. É indicado para a participação de profissionais com nível de escolaridade: fundamental, médio, superior e pós-graduados. Com carga horária de 40 horas. Para acessar o curso é necessário realizar uma inscrição prévia no Portal *Escolagov*:

<http://www.escolagov.ms.gov.br>

REFERÊNCIAS

ANVISA. **Resolução da Diretoria Colegiada**, 283, de 26 de setembro de 2005. Disponível em: <www.portalsaude.gov.br> Acessado em 12 de março de 2021, às 09h48.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. BRASIL, Lei nº 8.742. Lei Orgânica de Assistência Social (**LOAS**). Brasília: DF, 7 de dezembro de 1993.

_____. (2005) Ministério de desenvolvimento social e combate à fome.... Brasília. _____, (2008).

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial. Brasília, DF: MDS, 2013. 60 p.

_____. Política Nacional de Assistência Social (**PNAS**) - Brasília, secretaria Nacional de Assistência Social.

_____. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – **NOB-RH/SUAS**, 2006. BRASIL, Política Nacional de Educação Permanente do SUAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – 1ª ed. – Brasília: MDS, 2013.